



1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE GÁS NATURAL FIRMADO ENTRE COMPANHIA DE GÁS DO ESPÍRITO SANTO – ES GÁS E GALP ENERGIA BRASIL S.A.

COMPANHIA DE GÁS DO ESPÍRITO SANTO - ES GÁS, pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de sociedade de economia mista, inscrita no CNPJ 34.307.295/0001-65, com escritório na cidade de Vitória -ES, Avenida Nossa Senhora da Penha, 714 – RS Trade Tower, 11º andar, salas 1101-1105 e 11016-1020, Praia do Canto, neste ato representada nos termos do seu Estatuto Social, doravante denominada “COMPRADORA”.

GALP ENERGIA BRASIL S.A., sociedade com sede na Av. República do Chile, nº. 330, 13º Andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 16.974.249/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, doravante denominada “VENDEDORA”.

Considerando que a Companhia de Gás do Espírito Santo – ES GÁS e GALP ENERGIA BRASIL S.A celebraram, em 02/09/2022, Contrato de Compra e Venda de Gás Natural.

As Partes resolvem celebrar o primeiro aditivo contratual, com o objetivo de corrigir erros materiais decorrentes de digitação encontrados na redação do contrato, vigência contratual, quantidade diária contratada firme (QDC), alteração dos efeitos do contrato da cláusula V e alteração da programação.

CLÁUSULA PRIMEIRA – CORREÇÃO DE ERROS MATERIAIS DE DIGITAÇÃO

1.1 Onde se lê:

“11.2 As PARTES reconhecem que as regras gerais, limites, periodicidades e condições específicas aplicáveis à cromatografia e calibração de cromatógrafo do GÁS estão estabelecidas no GTA, devendo para todos os efeitos, prevalecer em relação a quaisquer regras gerais, limites, periodicidades e condições específicas estabelecidas neste CONTRATO. Portanto, independente de quaisquer obrigações assumidas pela VENDEDORA no presente CONTRATO em relação ao fornecimento de informações e realização de atividades técnicas que são de responsabilidade do transportador, as PARTES concordam que deverão seguir as regras, condições e limites impostos no GTA, devendo a VENDEDORA emendar seus melhores esforços para transmitir de imediato as comunicações da COMPRADORA ao transportador e vice-versa, aplicando-se o disposto no item 6.4 e subitens. “



Leia-se:

“11.2 As PARTES reconhecem que as regras gerais, limites, periodicidades e condições específicas aplicáveis à cromatografia e calibração de cromatógrafo do GÁS estão estabelecidas no GTA, devendo para todos os efeitos, prevalecer em relação a quaisquer regras gerais, limites, periodicidades e condições específicas estabelecidas neste CONTRATO. Portanto, independente de quaisquer obrigações assumidas pela VENDEDORA no presente CONTRATO em relação ao fornecimento de informações e realização de atividades técnicas que são de responsabilidade do transportador, as PARTES concordam que deverão seguir as regras, condições e limites impostos no GTA, devendo a VENDEDORA emendar seus melhores esforços para transmitir de imediato as comunicações da COMPRADORA ao transportador e vice-versa, aplicando-se o disposto no item 6.3.1.1 e subitens. “

1.2 Onde se lê:

“11.6 Sempre que a Vendedora tiver ciência da possibilidade de o Gás vir a ser fornecido nos Pontos de Entrega em desconformidade, parcial ou total, com as especificações estipuladas no item 11.1, as seguintes regras serão aplicadas:

(d) Caso opte por receber o GÁS fora de especificação e o mesmo tenha sido originado por gás não conforme injetado por outros carregadores na malha de transporte ou pelo próprio transportador, a COMPRADORA fará jus a indenização no valor de 30% (trinta por cento) sobre o Preço do GÁS, entretanto, tal indenização será repassada pela VENDEDORA à COMPRADORA apenas após o efetivo recebimento da VENDEDORA ter se materializado no âmbito do GTA mediante cobrança realizada pela VENDEDORA aos reais causadores do gás não conforme, sendo outros carregadores ou o próprio TRANSPORTADOR, aplicando-se o disposto no item 6.4. As PARTES concordam que eventuais limitações aos montantes indenizáveis, prazos de recebimento, limites e condições gerais previstos no GTA serão igualmente aplicáveis ao presente CONTRATO, não gerando nenhuma obrigação suplementar à VENDEDORA no sentido de indenizar montantes a maior do que efetivamente tenham sido recebidos do causador do gás desconforme.

(e) Em relação a hipótese prevista no item 11.5 (c) acima, caso a Compradora decida não receber, total ou parcialmente, o Gás fora de especificação ou não se manifeste no prazo estabelecido no item 11.6(b) e, de fato, não retire o Gás que informou que não retiraria após o horário que a Vendedora informou que o Gás não conforme estaria disponibilizado no Ponto de Entrega, estará caracterizada a Falha de Fornecimento, tomando-se por base a parcela da Quantidade Diária Programada (QDP) cuja a entrega a Compradora rejeitou e o período em que perdurar a desconformidade do GÁS. Em relação a hipótese prevista no item 11.5 (d) acima, o pagamento da penalidade prevista na cláusula 6.2 deste CONTRATO, será repassada pela VENDEDORA à COMPRADORA apenas após



o efetivo recebimento da VENDEDORA ter se materializado no âmbito do GTA mediante cobrança realizada pela VENDEDORA aos reais causadores do gás desconforme, sendo estes outros carregadores ou o próprio TRANSPORTADOR, aplicando-se o disposto no item 6.4. As PARTES concordam que eventuais limitações aos montantes indenizáveis, prazos de recebimento, limites e condições gerais previstos no GTA serão igualmente aplicáveis ao presente CONTRATO, não gerando nenhuma obrigação suplementar à VENDEDORA no sentido de indenizar montantes a maior do que efetivamente tenham sido recebidos do causador do gás desconforme.”

Leia-se:

“11.6 Sempre que a Vendedora tiver ciência da possibilidade de o Gás vir a ser fornecido nos Pontos de Entrega em desconformidade, parcial ou total, com as especificações estipuladas no item 11.1, as seguintes regras serão aplicadas:

(d) Caso opte por receber o GÁS fora de especificação e o mesmo tenha sido originado por gás não conforme injetado por outros carregadores na malha de transporte ou pelo próprio transportador, a COMPRADORA fará jus a indenização no valor de 30% (trinta por cento) sobre o Preço do GÁS, entretanto, tal indenização será repassada pela VENDEDORA à COMPRADORA apenas após o efetivo recebimento da VENDEDORA ter se materializado no âmbito do GTA mediante cobrança realizada pela VENDEDORA aos reais causadores do gás não conforme, sendo outros carregadores ou o próprio TRANSPORTADOR, aplicando-se o disposto no item 6.3. As PARTES concordam que eventuais limitações aos montantes indenizáveis, prazos de recebimento, limites e condições gerais previstos no GTA serão igualmente aplicáveis ao presente CONTRATO, não gerando nenhuma obrigação suplementar à VENDEDORA no sentido de indenizar montantes a maior do que efetivamente tenham sido recebidos do causador do gás desconforme.

(e) Em relação a hipótese prevista no item 11.6 (c) acima, caso a Compradora decida não receber, total ou parcialmente, o Gás fora de especificação ou não se manifeste no prazo estabelecido no item 11.6(b) e, de fato, não retire o Gás que informou que não retiraria após o horário que a Vendedora informou que o Gás não conforme estaria disponibilizado no Ponto de Entrega, estará caracterizada a Falha de Fornecimento, tomando-se por base a parcela da Quantidade Diária Programada (QDP) cuja a entrega a Compradora rejeitou e o período em que perdurar a desconformidade do GÁS. Em relação a hipótese prevista no item 11.6 (d) acima, o pagamento da penalidade prevista na cláusula 6.2 deste CONTRATO, será repassada pela VENDEDORA à COMPRADORA apenas após o efetivo recebimento da VENDEDORA ter se materializado no âmbito do GTA mediante cobrança realizada pela VENDEDORA aos reais causadores do gás desconforme, sendo estes outros carregadores ou o próprio TRANSPORTADOR, aplicando-se o disposto no item 6.3. As PARTES concordam que eventuais limitações aos montantes indenizáveis, prazos de recebimento, limites e



condições gerais previstos no GTA serão igualmente aplicáveis ao presente CONTRATO, não gerando nenhuma obrigação suplementar à VENDEDORA no sentido de indenizar montantes a maior do que efetivamente tenham sido recebidos do causador do gás desconforme.”

1.3 Onde se lê:

“9.3.2 Nas hipóteses em que houver entrega de GÁS com PRESSÃO DE FORNECIMENTO superior à PRESSÃO LIMITE DE FORNECIMENTO, a VENDEDORA será responsável pelos danos diretos, excluindo-se os danos indiretos e lucros cessantes, comprovadamente causados aos equipamentos da COMPRADORA, em decorrência do fornecimento de GÁS acima da PRESSÃO LIMITE DE FORNECIMENTO, aplicando-se, no que couber o disposto no item 6.4.1.”

Leia-se:

“9.3.2 Nas hipóteses em que houver entrega de GÁS com PRESSÃO DE FORNECIMENTO superior à PRESSÃO LIMITE DE FORNECIMENTO, a VENDEDORA será responsável pelos danos diretos, excluindo-se os danos indiretos e lucros cessantes, comprovadamente causados aos equipamentos da COMPRADORA, em decorrência do fornecimento de GÁS acima da PRESSÃO LIMITE DE FORNECIMENTO, aplicando-se, no que couber o disposto no item 6.3.1.”

1.4 Onde se lê:

“16.2. Foro.

Na hipótese de as PARTES recorrerem ao Poder Judiciário, quando permitido por este CONTRATO, as PARTES poderão recorrer ao foro da Cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo; ou (ii) ao foro onde a medida será efetivada, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.”

Leia-se:

“16.2.9 Foro.

Na hipótese de as PARTES recorrerem ao Poder Judiciário, quando permitido por este CONTRATO, as PARTES poderão recorrer ao foro da Cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo; ou (ii) ao foro onde a medida será efetivada, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.”



CLÁUSULA SEGUNDA – ALTERAÇÃO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

- 2.1. As partes resolvem alterar a vigência do contrato, estabelecida no item 3.1 do contrato, passando a vigência do contrato findar-se em 31 de dezembro de 2035.

CLÁUSULA TERCEIRA – ALTERAÇÃO DA QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA

3. As partes resolvem alterar a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA FIRME (QDCF) do item 4.1 do CONTRATO, que passa a ter a seguinte redação.

Período	QDCF (m³/Dia)	QDCP (m³/Dia)
01/01/2023 a 31/12/2024	200.000	100.000
01/01/2025 a 31/12/2025	300.000	100.000
01/01/2026 a 31/12/2032	800.000	0
2033	600.000	0
2034	400.000	0
2035	200.000	0

CLÁUSULA QUARTA – ALTERAÇÃO DOS EFEITOS DO CONTRATO DA CLÁUSULA V.

4. As partes resolvem alterar em consonância com a cláusula 2 deste aditivo, o prazo do item 5.1.2 do CONTRATO, que passa a ter a seguinte redação;

5.1.2 PARCELA DE MOLÉCULA FIRME (PMF). A PARCELA DE MOLÉCULA FIRME (PMF) aplicável à QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA FIRME (QDRF) será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

Entre 2026 e 2035:

$$PMF_t = (115\% \times HH + PF) \times \frac{TC}{FC}$$

CLÁUSULA QUINTA – ALTERAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO

5. As partes resolvem alterar os itens 8.1.2 e 8.1.4.1, que passam ter a seguinte redação:



8.1.2 A NOTIFICAÇÃO referida no item 8.1 explicitará as QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS), para cada DIA, considerando o seguinte:

- (a) que a QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) seja diferente de zero para determinado PONTO DE ENTREGA, esta deverá implicar em vazões que respeitem os limites estabelecidos neste CONTRATO, observado o item 8.1.2.1;
- (b) que, nos anos de 2023 a 2025, o somatório das QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) por PONTO DE ENTREGA não poderá ser inferior a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL FIRME (QDCF), observada a hipótese prevista no item 8.1.2.1;
- (c) que, nos anos de 2026 a 2035, o somatório das QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) por PONTO DE ENTREGA não poderá ser inferior a 70% (setenta por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL FIRME (QDCF) e o somatório das QDS, diariamente limitada à QDCF, de cada trimestre não poderá ser inferior à 95% (noventa e cinco por cento) do somatório da QDCF do trimestre, observada a hipótese prevista no item 8.1.2.1;
- (d) a ocorrência de PARADAS PROGRAMADAS; e
- (e) a ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

8.1.4.1 Qualquer requisição da COMPRADORA de QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS que superem os limites estabelecidos nas alíneas (b) e (c) do item 8.1.2 poderá ser aceita ou não pela VENDEDORA, a exclusivo critério da VENDEDORA, não devendo tal aceitação ser considerada novação ou alteração de qualquer aspecto do CONTRATO, estando descaracterizada a FALHA NO FORNECIMENTO em caso de recusa. No caso de aceite pela VENDEDORA de QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS que superem o limite estabelecido na alínea (b) do item 8.1.2, a quantidade adicional será considerada QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA ADICIONAL (QDPA).

CLÁUSULA SEXTA - DISPOSIÇÕES FINAIS

6. As Partes declaram que o presente termo aditivo representa a livre manifestação de vontade das PARTES, prevalecendo sobre quaisquer tratativas, escritas ou orais, anteriormente mantidas entre as PARTES, quanto ao objeto do contrato ora aditado.

6.1 As Partes, expressamente, ratificam todas as cláusulas e condições do CONTRATO, que não foram alterados pelo presente instrumento.

E por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.



7/10

Vitória, 20 de dezembro de 2022.

DocuSigned by:

Heber Viana de Resende

073ED7C321C5486...

Heber Viana de Resende
Diretor Presidente

DocuSigned by:

Antonio Fernando Cesar Filho

D5519A4A618F4FB...

Antonio Fernando Cesar Filho
Diretor de Operações**COMPANHIA DE GÁS DO ESPÍRITO SANTO – ES GÁS**

DocuSigned by:

Victor Santos Raposo

2FFC2957C063447...

Victor Santos Raposo
Diretor Executivo

DocuSigned by:

Thiago Arakaki

EB474E520A154D5...

Thiago Arakaki
Diretor**GALP ENERGIA BRASIL S.A.****TESTEMUNHAS:**

DocuSigned by:

Odilson Silva da Nóbrega

4C2085FDD75F4B3...

Nome: Odilson Silva da Nóbrega
CPF: [REDACTED]

DocuSigned by:

Juliana Granja

83A4D107593043B...

Nome: Juliana Granja
[REDACTED]